

O SOFRIMENTO POR TRÁS DA FARDA: ANÁLISE INSTITUCIONAL E PSICOSSOCIAL DO SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

Fabio José Carmona dos Santos¹

 lattes.cnpq.br/8824250084950632

 orcid.org/0000-0002-5045-2203

Cesar Mauricio de Abreu Mello²

 lattes.cnpq.br/8324947891255931

 orcid.org/0000-0003-3086-2624

Edson Marcos Leal Soares Ramos³

 lattes.cnpq.br/4935304081624007

 orcid.org/0000-0001-5425-8531

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte⁴

 lattes.cnpq.br/6859657374629858

 orcid.org/0009-0004-4904-0182

Adriene da Silva Cursino⁵

 lattes.cnpq.br/6859657374629858

 orcid.org/0009-0007-0152-2838

Resumo

O suicídio entre profissionais de segurança pública, em especial entre policiais militares, representa um desafio crescente às políticas de saúde mental no Brasil. Embora pesquisas anteriores tenham avançado na identificação de fatores de risco individuais, persiste uma lacuna quanto à compreensão integrada dos condicionantes institucionais e psicossociais do fenômeno. O objetivo deste artigo foi analisar esses fatores à luz de uma abordagem qualitativa e documental, com base em fontes oficiais e científicas publicadas entre 2008 e 2025. O estudo fundamenta-se no referencial sociológico de Durkheim (1897), nas abordagens psicológicas de Shneidman (1985) e Joiner (2005), e nas contribuições contemporâneas de Minayo (2008) e Bassani (2024). A análise, orientada pelo modelo das quatro dimensões de Miranda et al. (2014) — organizacional, situacional, social e individual —, evidencia que o sofrimento moral e o adoecimento institucional dos policiais resultam da interação entre hierarquia rígida, silenciamento emocional, estigmatização social e vulnerabilidades subjetivas. Os resultados indicam a necessidade de políticas estruturais de cuidado que transcendam intervenções pontuais e consolidem uma Psicologia Policial capaz de compreender o ethos da profissão e suas especificidades simbólicas. Conclui-se que o enfrentamento do suicídio policial exige uma abordagem multidimensional, que une ciência,

¹ Mestrando em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará (PPGSP-UFPA). fabiocarmonas@hotmail.com

² Doutor em Ciências pela Universidade Federal do Pará (UFPA). mello.cesar@gmail.com

³ Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ramosedson@gmail.com

⁴ Mestre em Segurança Pública (PPGSP-UFPA). erikanatalie@hotmail.com

⁵ Discente em Direito (Faculdade Santa Teresa-AM). adriene.cursino@icloud.com

O SOFRIMENTO POR TRÁS DA FARDA: ANÁLISE INSTITUCIONAL E PSICOSSOCIAL DO SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

gestão e empatia institucional, reconhecendo que proteger o policial é também proteger a segurança pública democrática.

Palavras-chave: Suicídio policial; Saúde mental; Sofrimento moral; Psicologia Policial; Segurança pública.

Abstract

Suicide among public security professionals, especially military police officers, represents a growing challenge to mental health policies in Brazil. Although previous studies have advanced in identifying individual risk factors, a gap remains in the integrated understanding of the institutional and psychosocial determinants of this phenomenon. The objective of this article was to analyze these factors through a qualitative and documentary approach, based on official and scientific sources published between 2008 and 2025. The study is grounded in Durkheim's (1897) sociological framework, Shneidman's (1985) and Joiner's (2005) psychological theories, and contemporary contributions from Minayo (2008) and Bassani (2024). The analysis, guided by Miranda et al.'s (2014) model of four dimensions — organizational, situational, social, and individual — demonstrates that moral suffering and institutional distress among police officers result from the interaction of rigid hierarchies, emotional silencing, social stigmatization, and subjective vulnerabilities. The findings highlight the need for structural care policies that go beyond isolated interventions and support the establishment of a specialized Police Psychology, capable of understanding the profession's ethos and symbolic specificities. The study concludes that addressing police suicide requires a multidimensional approach that combines scientific evidence, management practices, and institutional empathy — recognizing that protecting the police officer also means protecting democratic public security.

Keywords: Police suicide; Mental health; Moral suffering; Police Psychology; Public security.

Introdução

O comportamento suicida constitui um fenômeno complexo e multifatorial, que atravessa dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. No contexto brasileiro, o suicídio figura entre as principais causas de morte não natural, assumindo contornos ainda mais preocupantes quando observado entre os agentes de segurança pública. Esses profissionais, incumbidos de garantir a ordem e a proteção da sociedade, enfrentam diariamente situações de risco, violência, sobrecarga emocional e conflitos morais que os colocam em uma condição de vulnerabilidade psíquica singular.

O suicídio, nesse cenário, não pode ser compreendido como um evento isolado ou meramente individual, mas como um fenômeno social e institucional que reflete o entrelaçamento de fatores estruturais, subjetivos e organizacionais. A literatura clássica sobre o tema remonta à obra de Émile Durkheim (1897), que inaugurou o estudo científico do suicídio sob uma perspectiva sociológica. Para Durkheim, as taxas de suicídio variam de acordo com o grau de integração e regulação social — quanto mais frágeis os vínculos coletivos e os sistemas de coesão moral, maior a probabilidade de que o indivíduo se volte contra si mesmo. Essa compreensão permanece fundamental para o estudo do suicídio policial, uma vez que a profissão é marcada por rígidas estruturas hierárquicas, forte espírito de corpo e simultânea sensação de isolamento emocional.

No campo da psicologia contemporânea, Edwin Shneidman (1985) define o suicídio como “uma fuga da dor psíquica insuportável”, um ato que busca extinguir o sofrimento e não propriamente a vida. Já Thomas Joiner (2005) propõe o modelo da Interpersonal Theory of Suicide, segundo o qual o comportamento suicida emerge da convergência de três elementos: a sensação de pertencimento frustrado, a percepção de ser um fardo para os outros e a capacidade adquirida para o ato letal. Esses elementos encontram correspondência direta nas experiências vividas por policiais, frequentemente submetidos a contextos de pressão extrema, solidão emocional e exposição contínua à morte.

No Brasil, a pesquisa de Miranda et al. (2014), coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, representou um marco ao sistematizar dados inéditos sobre a saúde mental e o comportamento suicida de profissionais da segurança pública. O estudo revelou que 10% dos policiais entrevistados relataram ideação suicida e 6% afirmaram já ter tentado o autoextermínio, índices significativamente superiores aos observados na população geral. O levantamento também identificou quatro dimensões interdependentes que influenciam o risco de suicídio: organizacional, situacional, social e individual, compondo um modelo teórico que continua a embasar as políticas e pesquisas subsequentes.

O debate acadêmico sobre o tema ganhou novo fôlego com as contribuições de Maria Cecília Minayo, Ednilsa Souza e Patrícia Constantino (2008), cuja análise das condições de vida e trabalho dos profissionais de segurança pública evidenciou o sofrimento moral e institucional decorrente da contradição entre o ideal de servir e a realidade de desvalorização social, precarização e ausência de reconhecimento simbólico. Em consonância, Fernanda Bassani (2024) argumenta que o suicídio policial deve ser entendido como o ponto culminante de um processo de adoecimento moral, no qual o indivíduo é gradualmente corroído por sentimentos de impotência, invisibilidade e desamparo institucional.

Dados recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024) reforçam a gravidade do problema. Entre 2018 e 2023, o número de suicídios entre profissionais de segurança pública cresceu de forma consistente, com taxas até sete vezes superiores às da população em geral. Observa-se ainda que a maior parte dos casos ocorre fora do horário de serviço, o que evidencia a permanência dos efeitos psíquicos do trabalho mesmo após o expediente. O relatório destaca também que a arma de fogo — instrumento de trabalho e símbolo de autoridade — figura como o meio mais utilizado nas ocorrências de autoextermínio, revelando um paradoxo trágico: o mesmo instrumento destinado à proteção pública torna-se, em muitos casos, o veículo da autodestruição privada.

Enquanto a população brasileira registra uma taxa média de 6,5 mortes por suicídio a cada 100 mil habitantes (OMS, 2023), as corporações policiais apresentam índices que variam entre 30 e 40 por 100 mil, conforme dados regionais do FBSP. Essa disparidade evidencia que o comportamento suicida entre policiais não se explica apenas por fatores individuais, mas por uma combinação de elementos que incluem condições de trabalho hostis, cultura organizacional repressiva e ausência de políticas institucionais de cuidado. Apesar do avanço das pesquisas, ainda persistem lacunas significativas. Faltam estudos que abordem o suicídio policial sob uma perspectiva comparativa e institucional, capazes de integrar as dimensões subjetivas e organizacionais do fenômeno. Além disso, o debate sobre políticas de posvenção — isto é, de acompanhamento de colegas e familiares após o suicídio — ainda é incipiente nas corporações brasileiras.

É nesse espaço de interseção que se insere a presente pesquisa. Assim, este estudo busca analisar os fatores institucionais, psicossociais e culturais associados ao comportamento suicida entre agentes de segurança pública, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico e para o aprimoramento das estratégias de prevenção, intervenção e pósvenção no campo da segurança pública.

Referencial teórico

As bases sociológicas do suicídio: Durkheim e a coesão social

A compreensão científica do suicídio teve início com Émile Durkheim, cuja obra *O Suicídio* (1897) estabeleceu as bases da abordagem sociológica do fenômeno. Para Durkheim, o suicídio não é apenas um ato individual, mas um fato social, cuja ocorrência está relacionada ao grau de integração e de regulação social presente nas coletividades. Quando os vínculos entre o indivíduo e o grupo enfraquecem, ou quando as normas sociais perdem sua força reguladora, aumenta a probabilidade de que o sujeito se volte contra si mesmo. Durkheim identifica quatro tipos de suicídio — egoísta, altruísta, anômico e fatalista —, cada um resultante de desequilíbrios específicos entre a coesão e a normatividade social.

Essa tipologia permite compreender o suicídio policial em termos estruturais: de um lado, há a rigidez hierárquica e o forte senso de dever, que podem gerar um excesso de regulação (suicídio fatalista); de outro, a perda de pertencimento e a sensação de isolamento diante do sofrimento (suicídio egoísta). Assim, o suicídio entre policiais emerge como um reflexo das tensões entre disciplina e desamparo, obediência e solidão, próprias de instituições marcadas por estruturas de comando rígidas e por culturas de silêncio.

A abordagem “durkheimiana” mantém relevância contemporânea, pois ilumina como as formas de organização social e institucional podem afetar o equilíbrio psíquico dos indivíduos. No caso das forças de segurança pública, a pressão por produtividade, a exposição constante ao risco e a ausência de reconhecimento social configuram um cenário em que a coesão moral é substituída por uma lógica burocrática e operacional, fragilizando o sentido coletivo de missão.

As abordagens psicológicas contemporâneas

A psicologia moderna ampliou a compreensão do suicídio ao considerar os processos subjetivos e emocionais que antecedem o ato. Edwin Shneidman (1985) introduziu o conceito de psychache — a dor psíquica insuportável — como elemento central para entender o comportamento suicida. Segundo o autor, o suicídio não é motivado pelo desejo de morrer, mas pela vontade de interromper um sofrimento percebido como intolerável e interminável. Thomas Joiner (2005), por sua vez, propôs a Interpersonal Theory of Suicide – Teoria Interpessoal do Suicídio - que articula três fatores principais: (a) a frustração do sentimento de pertencimento; (b) a percepção de ser um fardo para os outros; e (c) a capacidade adquirida para o ato letal. Essa teoria encontra eco direto no cotidiano policial, em que o isolamento emocional, o medo de demonstrar fragilidade e a convivência com a violência criam um ambiente de vulnerabilidade silenciosa.

A experiência de lidar continuamente com situações de morte e sofrimento humano pode dessensibilizar o policial e reduzir o medo da autodestruição, ao mesmo tempo em que o sentimento de ser “substituível” ou “invisível” alimenta a percepção

de fardo. A conjunção desses elementos traduz-se em uma forma de sofrimento moral que não encontra espaço de expressão nas estruturas institucionais, onde a racionalidade operacional se sobrepõe ao cuidado subjetivo.

O sofrimento moral e institucional

O estudo de Maria Cecília Minayo, Edinilda Ramos de Souza e Patrícia Constantino (2008) marca um divisor de águas na compreensão do sofrimento entre policiais brasileiros. As autoras demonstram que a contradição entre o ideal de servir e a realidade cotidiana de precarização, baixos salários e desvalorização simbólica gera um profundo sofrimento moral. Esse sofrimento decorre do abismo entre o sentido vocacional da profissão e as condições concretas de trabalho, produzindo sentimentos de frustração, impotência e desamparo.

A dimensão institucional desse sofrimento é acentuada pela cultura organizacional das corporações policiais, que tende a reprimir manifestações de vulnerabilidade. O medo de estigmatização e a falta de políticas estruturadas de acolhimento reforçam a lógica do silêncio, na qual a dor psíquica é internalizada como fraqueza individual. Assim, o sofrimento se torna invisível até manifestar-se de forma extrema, como no caso do suicídio.

Complementando essa perspectiva, Fernanda Bassani (2024) conceitua o suicídio policial como o desfecho de um processo de adoecimento moral, no qual o agente é gradualmente corroído pela perda de sentido e pela ausência de reconhecimento institucional. Para a autora, o suicídio é, muitas vezes, a expressão final de uma ruptura ética — quando o sujeito não consegue mais reconciliar o ideal de justiça e serviço público com a experiência concreta de desamparo e injustiça organizacional.

Nesse ponto, é importante refletir que intervenções terapêuticas desconectadas das particularidades do ethos e da identidade policial podem ser ineficazes ou até contraproducentes. O policial constrói sua autoimagem a partir de uma tensão simbólica: ora é visto como herói, ora como vilão; ora como preparado, ora como despreparado; imune às falhas e permanentemente julgado por suas ações — sobretudo em tempos de intensa exposição pública nas redes sociais. Adestrado a não demonstrar vulnerabilidade, ele é cobrado a ser superior ao medo, ao cansaço e ao tempo, sendo frequentemente condenado por decisões tomadas sob condições extremas e nocivas à saúde física e mental. O não reconhecimento dessa condição reforça o ciclo de sofrimento e alienação institucional.

Essas leituras convergem ao destacar que o sofrimento policial não é apenas psicológico, mas ético e institucional: ele reflete o colapso do pacto simbólico entre o indivíduo e a instituição, entre o ideal de servir e a experiência real de ser negligenciado.

Saúde mental e risco psíquico em contextos de segurança pública

O estudo coordenado por Miranda et al. (2014), publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, foi o primeiro a mapear sistematicamente as dimensões do sofrimento psíquico entre agentes de segurança no Brasil. A pesquisa identificou quatro eixos de influência sobre o risco de suicídio: a dimensão organizacional, relacionada à hierarquia e ao controle disciplinar; a situacional, associada à exposição à violência; a social, marcada pela estigmatização e

desconfiança pública; e a individual, que abrange vulnerabilidades pessoais e emocionais.

Essas dimensões interagem e se reforçam mutuamente, criando um terreno fértil para o adoecimento mental. A ausência de espaços institucionais de escuta e a sobrecarga de funções ampliam o sentimento de isolamento, enquanto o medo de punições disciplinares desencoraja o pedido de ajuda.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), o número de suicídios entre profissionais da segurança pública vem crescendo de forma contínua, alcançando taxas até sete vezes superiores às da população geral. A maioria das ocorrências acontece fora do horário de serviço, revelando que o sofrimento psíquico extrapola o ambiente profissional. A arma de fogo, símbolo de poder e instrumento de proteção, converte-se em meio privilegiado para o autoextermínio — um paradoxo trágico que ilustra o entrelaçamento entre o papel institucional e a dimensão íntima da dor.

Esses dados reforçam que o suicídio policial não é um evento isolado, mas o produto de um contexto laboral cronicamente adoecedor, em que o cuidado com a saúde mental é substituído pela lógica da disciplina e do rendimento. Assim, a prevenção exige não apenas suporte psicológico individual, mas transformação estrutural nas práticas institucionais de gestão, acolhimento e valorização profissional.

Perspectivas para a compreensão institucional do suicídio policial

A análise das abordagens sociológica, psicológica e institucional permite reconhecer o suicídio policial como fenômeno multidimensional. Ele resulta da intersecção entre fatores individuais, culturais e organizacionais, exigindo uma leitura integrada que considere tanto as dinâmicas subjetivas quanto os condicionantes estruturais. Nos últimos anos, novas perspectivas têm enfatizado a necessidade de desenvolver uma Psicologia Policial voltada especificamente para a saúde mental dos agentes de segurança pública. Como observa Fernanda Bassani (2024), embora o debate sobre o adoecimento psíquico de policiais tenha avançado, o Brasil ainda carece de uma especialidade reconhecida no âmbito do Conselho Federal de Psicologia que considere as particularidades da profissão policial e suas dinâmicas institucionais.

Essa lacuna torna-se evidente diante de um cenário em que o estresse ocupacional e o sofrimento moral constituem elementos estruturais da cultura policial (ROSENBERG, 2012; REINER, 2004). As reações de alerta, típicas da exposição contínua a situações de ameaça, tendem a se acumular quando o psiquismo não dispõe de tempo hábil para recuperação entre um evento e outro. Segundo Souza, Barroso e Ribeiro (2022), a prevalência média de estresse entre policiais brasileiros é de 43,75%, conforme revisão integrativa que analisou 84 artigos sobre saúde mental no contexto policial. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas permanentes voltadas à prevenção e ao cuidado psicológico, integradas às realidades organizacionais das forças de segurança.

A criação de uma Psicologia Policial — entendida como campo especializado de pesquisa, intervenção e formação — representa, portanto, uma possibilidade concreta de enfrentamento do sofrimento institucional. Em países como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, essa vertente tem se mostrado fundamental para

estruturar práticas de cuidado contínuo, integrando acompanhamento psicológico, supervisão ética e programas de pósvenção, Bassani (2024).

Assim, a consolidação dessa área no Brasil poderia fortalecer a prevenção do suicídio policial ao articular conhecimento científico e práticas institucionais, aproximando o cuidado psicológico das realidades operacionais e culturais das corporações. Ao adotar essa perspectiva, o presente estudo reconhece que a saúde mental dos agentes de segurança pública é condição essencial para a própria legitimidade e eficácia da segurança pública democrática.

Metodologia

Natureza e abordagem da pesquisa

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, com abordagem documental e bibliográfica, voltada à compreensão dos fatores institucionais e psicossociais associados ao suicídio de policiais militares no Brasil. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de examinar o fenômeno em sua complexidade simbólica, organizacional e cultural, priorizando a interpretação e o sentido dos dados em detrimento da mensuração numérica.

A abordagem qualitativa permite apreender o fenômeno em profundidade, explorando as dimensões subjetivas e institucionais do adoecimento e do comportamento suicida, sem reduzir o problema a variáveis isoladas. Trata-se, portanto, de um estudo analítico e interpretativo, que busca compreender e descrever significados a partir da leitura crítica de conteúdos textuais, científicos e institucionais.

Delineamento e lócus

O estudo adota um delineamento documental e interpretativo, fundamentado na análise de documentos públicos e produções científicas sobre saúde mental e suicídio entre agentes de segurança pública.

O lócus teórico e empírico recai sobre as Polícias Militares brasileiras, categoria que concentra a maior parte dos casos de suicídio registrados no sistema de segurança pública, conforme o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025).

A escolha desse recorte fundamenta-se em três fatores principais: (i) a representatividade estatística dos casos no interior das corporações militares estaduais; (ii) a relevância institucional da Polícia Militar no sistema nacional de segurança pública; e (iii) a especificidade de sua cultura organizacional, marcada por hierarquia, disciplina e silenciamento emocional — fatores que, combinados, contribuem para o agravamento do sofrimento moral e psíquico.

Diante desse recorte, as fontes selecionadas refletem tanto o cenário empírico das corporações quanto o debate teórico sobre a saúde mental policial no Brasil.

Fontes e técnicas de coleta de dados

Os dados analisados são secundários, provenientes de documentos oficiais e produções científicas publicadas entre 2008 e 2025, período que abrange os principais avanços teóricos e institucionais sobre o tema. Foram incluídas as seguintes categorias de fontes:

- Relatórios e anuários institucionais, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024–2025) e publicações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA);
- Artigos científicos, dissertações e livros de referência nacional, com destaque para os trabalhos de Minayo (2008, 2019), Miranda et al. (2014) e Bassani (2024);
- Revisões integrativas e sistemáticas sobre estresse ocupacional e sofrimento moral em forças de segurança (Souza, Barroso & Ribeiro, 2022).

A seleção das fontes obedeceu aos critérios de pertinência temática, atualidade e relevância científica, priorizando estudos revisados por pares e publicações institucionais de reconhecida credibilidade. As bases de dados foram confrontadas para assegurar consistência e minimizar vieses interpretativos.

Estratégia de análise e interpretação dos dados

A análise dos materiais é conduzida segundo o método da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), estruturada em três etapas:

1. Pré-análise: organização e leitura flutuante do material, definição das unidades de registro e formulação das categorias de análise;
2. Exploração do material: codificação das categorias temáticas, identificando recorrências em torno de eixos como sofrimento moral, adoecimento institucional, fatores de risco e proteção e políticas de prevenção e pósvenção;
3. Tratamento e interpretação: síntese interpretativa articulada ao referencial teórico e às evidências empíricas obtidas nos documentos oficiais.

A triangulação teórica entre os referenciais sociológico (Durkheim, 1897), psicológico (Shneidman, 1985; Joiner, 2005) e institucional (Minayo, 2008; Bassani, 2024) permite compreender como estruturas hierárquicas, práticas disciplinares e fatores subjetivos se entrelaçam na construção do sofrimento psíquico e do comportamento suicida entre policiais militares. Essa triangulação garante coerência entre o problema, os objetivos e as inferências obtidas na análise.

Considerações éticas

Por se tratar de uma pesquisa documental e bibliográfica, sem coleta direta de dados pessoais ou sensíveis, o estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Observa-se integralmente o princípio da integridade científica, garantindo o uso ético das informações, a fidedignidade das fontes e o devido reconhecimento da autoria intelectual.

Limitações do estudo

Reconhece-se como limitação principal o uso de dados secundários, o que restringe a observação direta das experiências subjetivas e institucionais dos policiais militares. Além disso, a heterogeneidade nos registros das corporações e a possível subnotificação de casos — em razão de barreiras institucionais e políticas de sigilo — constituem desafios relevantes à precisão estatística e à transparência dos dados.

Ainda assim, a amplitude das fontes consultadas, a triangulação teórica e a consistência metodológica conferem ao estudo robustez interpretativa e validade teórica, permitindo formular inferências sólidas sobre o fenômeno e suas implicações

para as políticas públicas de prevenção e cuidado psicológico no âmbito da segurança pública.

Análise dos resultados e discussão

O objetivo deste artigo foi analisar os fatores institucionais, psicossociais e culturais associados ao comportamento suicida entre policiais militares no Brasil, com base em evidências documentais e científicas produzidas entre 2008 e 2025. A análise dos dados revelou que o suicídio policial é um fenômeno multifatorial e estrutural, resultado da interação entre sofrimento moral, cultura organizacional repressiva e ausência de políticas institucionais consistentes de cuidado psicológico.

Panorama nacional das taxas de suicídio policial

De acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2025), o Brasil registrou, entre 2018 e 2024, um crescimento consistente no número de suicídios entre profissionais da segurança pública. As taxas estimadas para o período variam entre 30 e 45 mortes por 100 mil profissionais, números até sete vezes superiores à média nacional da população geral, que se mantém em torno de 6,5 por 100 mil habitantes, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

A maior parte dos casos ocorre fora do horário de serviço (off duty), o que reforça que o sofrimento psíquico ultrapassa o ambiente profissional e contamina a vida pessoal e familiar do policial. O meio mais utilizado nas ocorrências é a arma de fogo, símbolo de poder e instrumento de trabalho que, paradoxalmente, torna-se o veículo do autoextermínio. Essa constatação evidencia o quanto a fronteira entre o papel institucional e a identidade pessoal se confunde na experiência policial.

Os dados também revelam que as Polícias Militares concentram a maioria dos casos, seguidas pelas Polícias Civis e pelos Corpos de Bombeiros Militares. Essa distribuição reflete a estrutura hierárquica rígida, o regime disciplinar severo e a alta exposição a situações de confronto e estresse — elementos que se somam à precarização das condições de trabalho e à desvalorização simbólica da profissão.

As quatro dimensões do modelo de Miranda et al. (2014)

A análise dos dados nacionais confirma a relevância do modelo proposto por Miranda et al. (2014), que identifica quatro dimensões interdependentes — organizacional, situacional, social e individual — como determinantes do risco de suicídio entre policiais. Esse modelo permite compreender o comportamento suicida não como evento isolado, mas como produto de um contexto institucional que fragiliza o equilíbrio emocional e moral do agente.

Dimensão organizacional

A dimensão organizacional refere-se à estrutura hierárquica, às políticas internas e às condições de trabalho das corporações. A realidade descrita por Miranda et al. (2014), com base em dados do Rio de Janeiro, já não se aplica integralmente ao cenário atual, mas ainda serve como referência metodológica para compreender o impacto das estruturas institucionais na saúde mental. A sobrecarga operacional, a falta de reconhecimento e a cultura de silenciamento permanecem como fatores

críticos, exigindo que novas pesquisas adaptem o modelo às especificidades de cada corporação e tempo histórico.

Dimensão situacional

A dimensão situacional envolve o contato cotidiano com a violência, o risco iminente e a imprevisibilidade das ocorrências. A exposição contínua a situações de ameaça gera hipervigilância e reações fisiológicas de alerta que, quando repetidas sem intervalos adequados de recuperação, conduzem à exaustão emocional e física. Essa tensão permanente é agravada pela escassez de apoio institucional e pela ausência de programas de acompanhamento psicológico após incidentes críticos, favorecendo o desenvolvimento de estresse pós-traumático e de ideação suicida.

Dimensão social

A dimensão social diz respeito à forma como a sociedade percebe e reage ao trabalho policial. O policial vive em constante tensão simbólica: é visto ora como herói, ora como vilão; ora como defensor da ordem, ora como ameaça aos direitos civis. Essa ambiguidade compromete o sentimento de pertencimento e reforça o isolamento social. Além disso, a falta de reconhecimento público, a crítica midiática constante e o julgamento sumário nas redes sociais acentuam o estigma e a sensação de injustiça. O resultado é uma ruptura identitária que, ao abalar a autopercepção, contribui para prejuízos à saúde mental e pode culminar em consequências graves.

Dimensão individual

A dimensão individual envolve vulnerabilidades subjetivas, emocionais e biográficas. Experiências prévias de trauma, perdas pessoais, histórico familiar de adoecimento mental e dificuldades em expressar fragilidade agravam o sofrimento. O ethos policial — construído sobre o ideal de invulnerabilidade — impede que o agente se reconheça como sujeito de dor. Assim, o sofrimento é negado até atingir níveis insuportáveis. Em muitos casos, a tentativa de mitigar a dor por meio do uso de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas acaba agravando o quadro, podendo levar ao autoextermínio ou a outras consequências danosas para o próprio policial, sua família, a instituição e a sociedade.

Sofrimento moral e o ethos policial contemporâneo

O sofrimento moral, conforme Minayo, Souza e Constantino (2008) e posteriormente aprofundado por Bassani (2024), manifesta-se quando há uma incongruência entre o ideal de servir e a realidade institucional. O policial é treinado para ser racional, resistente e imune ao medo, mas enfrenta condições de trabalho precárias, falta de reconhecimento e um constante julgamento público.

Como observa Bassani (2024), a ausência de uma Psicologia Policial especializada faz com que muitos atendimentos terapêuticos não considerem as especificidades do ethos e da identidade do policial — como ele se vê, como acredita ser percebido pela sociedade e o conflito interno que vive ao oscilar entre os papéis de herói e vilão. Esse profissional é condicionado a não demonstrar vulnerabilidade, a superar o cansaço e a agir sob pressão, sendo julgado e condenado por decisões tomadas em condições adversas à sua própria saúde mental.

Essa tensão permanente alimenta um ciclo de desgaste emocional e moral que fragiliza o sentido de pertencimento e a confiança nas instituições. O resultado é um esvaziamento simbólico da missão policial, que deixa de ser fonte de propósito para se tornar um fardo existencial.

Políticas institucionais, prevenção e pósvenção

Embora as políticas de prevenção tenham se ampliado nos últimos anos, a maioria das ações ainda é reativa, fragmentada e sem continuidade. Experiências estaduais, como o Programa de Saúde Mental e Prevenção do Suicídio da PMCE (2020) e os núcleos de atenção psicossocial em alguns estados, representam avanços, mas carecem de institucionalização permanente e de financiamento estável.

A literatura recente (Bassani, 2024; FBSP, 2025) enfatiza a importância da pósvenção, entendida como o conjunto de medidas de acolhimento e apoio às equipes e famílias afetadas após um suicídio. A ausência desse suporte perpetua o trauma e alimenta o tabu, gerando um silêncio institucional que impede o aprendizado coletivo e a transformação cultural necessária.

Síntese interpretativa dos achados

Os resultados confirmam que o suicídio policial no Brasil não decorre de vulnerabilidades individuais isoladas, mas de um processo cumulativo de desgaste moral e institucional. A cultura organizacional repressiva, a falta de reconhecimento social e a negligência histórica com a saúde mental formam um cenário de adoecimento coletivo.

A principal contribuição deste estudo reside em evidenciar que a prevenção do suicídio policial exige políticas estruturais, sustentadas em uma perspectiva interdisciplinar que une sociologia, psicologia e gestão institucional. O cuidado com a saúde mental dos agentes deve ser compreendido como dimensão estratégica da segurança pública e não como ação pontual de caráter assistencial.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar os fatores institucionais, psicossociais e culturais associados ao comportamento suicida entre policiais militares no Brasil, a partir de uma abordagem qualitativa e documental. Essa escolha metodológica buscou compreender o fenômeno não apenas como estatística, mas como expressão de um sofrimento moral e institucional que transcende o indivíduo e alcança a própria estrutura das corporações.

Os resultados confirmam que o suicídio policial é um fenômeno multifatorial, produzido pela interação entre dimensões organizacionais, situacionais, sociais e individuais. As evidências indicam que o sofrimento psíquico dos agentes está enraizado em uma cultura institucional marcada pela rigidez hierárquica, pelo silenciamento emocional e pela ausência de políticas contínuas de cuidado psicológico. A alta taxa de ocorrências *off duty* e o uso predominante de armas de fogo revelam o quanto a fronteira entre vida pessoal e função profissional é tênue — um reflexo direto da sobreposição entre identidade e trabalho.

A principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a prevenção do suicídio policial não pode se restringir a intervenções pontuais ou assistenciais, mas requer políticas estruturais de saúde mental integradas às estratégias de gestão da segurança pública. O estudo evidencia a necessidade de uma **Psicologia Policial** especializada, capaz de compreender o *ethos* da profissão e de propor intervenções ajustadas à realidade simbólica e operacional dos agentes.

O SOFRIMENTO POR TRÁS DA FARDA: ANÁLISE INSTITUCIONAL E PSICOSSOCIAL DO SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

Essa perspectiva amplia o debate acadêmico e oferece subsídios concretos para formulação de políticas públicas mais humanizadas e eficazes.

Reconhece-se, contudo, que a pesquisa apresenta limitações decorrentes do uso de dados secundários, que, embora amplos e consistentes, dependem da transparência e da regularidade das fontes institucionais. A subnotificação e a falta de padronização nos registros de suicídio em forças policiais ainda dificultam análises comparativas mais precisas entre estados e corporações. Apesar disso, a triangulação de fontes documentais e teóricas garantiu a validade interpretativa dos resultados e permitiu uma compreensão abrangente do fenômeno.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas avancem na realização de estudos empíricos que contemplem a escuta direta dos policiais e de suas famílias, bem como a avaliação longitudinal dos programas de prevenção e pósvenção já implementados no país. Investigações que articulem neurociência, psicologia institucional e gestão pública poderão contribuir para o fortalecimento de políticas de cuidado, ressignificando o modo como o sistema de segurança comprehende e acolhe o sofrimento de seus próprios agentes.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BASSANI, Fernanda. O suicídio de policiais está sendo prevenido? Mapeamento do atendimento em saúde mental nas polícias e proposições para uma Psicologia Policial no Brasil. **Revista Pro Lege Vigilanda**, v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.esbm.org.br/index.php/prolegevigilanda/article/view/37/20>>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP. **Infográfico 9 – Suicídio**. Ano-base 2022. Brasília: MJSP, 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP. **Infográfico 10 – Suicídio**. Ano-base 2023. Brasília: MJSP, 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – SINESP. **Relatório Estatístico: Quantidade de suicídios no Brasil, por região e Unidade da Federação, 2023–2024**. Brasília: MJSP, 2025.

BRASIL. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CRUZ, Fernanda Novaes; MIRANDA, Dayse; NEVES RASTRELLI, Amanda. Luto por suicídio e posvenção na Polícia Militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 224–239, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n3.1413. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1413>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

**O SOFRIMENTO POR TRÁS DA FARDA: ANÁLISE INSTITUCIONAL E PSICOSSOCIAL
DO SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL**

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Original publicado em 1897).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010–2060**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

JOINER, Thomas E. **Why people die by suicide**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5.

MIRANDA, Dayse (org.). **Por que os policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse; BORGES, Dorian; CANO, Ignacio; GUIMARÃES, Tatiana; NOVAES, Fernanda; RIBEIRO, Mirella Santos; FURTADO, Carmen Crítica; MENEZES, Lidiene Pereira Raposo de; SILVA, Alexandre Valério Vicente da; OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de; REIS, Marcelo dos Santos; SÁ, Bárbara Gabriela dos Santos de; RIBAS, Renata Pietras. O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil. In: **Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria Nacional de Segurança Pública. Direitos Humanos, Grupos Vulneráveis e Segurança Pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Prevenção do suicídio: um imperativo global**. Genebra: OMS, 2014.

ROSEMBERG, André Augusto. A “cultura policial”: um debate teórico-metodológico. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). **Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 67–86.

SHNEIDMAN, Edwin S. **Definition of suicide**. New York: Wiley, 1985.

SOUZA, Leidiane Barroso de; BARROSO, Cristiane M.; RIBEIRO, Elen Caroline. Estresse ocupacional e sofrimento moral em forças de segurança. **Revista Brasileira de Saúde e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. 34–49, 2022.

SOUZA, Leidiane Barroso de; BARROSO, Cristiane M.; RIBEIRO, Elen Caroline. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, 2022. DOI: 10.1590/S0104-12902022201008pt. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902022201008pt>>. Acesso em: 28 out. 2025.

***O SOFRIMENTO POR TRÁS DA FARDA: ANÁLISE INSTITUCIONAL E PSICOSSOCIAL
DO SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS MILITARES NO BRASIL***

Recebido em: 13/10/2025

Aprovado em: 27/10/2025

Publicado em: 31/10/2025

